

## Contas públicas

### ROMBO ORÇAMENTÁRIO

*Câmara estuda acelerar projetos que preveem até demitir servidores para cumprir regra fiscal*

EDUARDO BRESCIANI  
E MANOEL VENTURA

A Câmara dos Deputados quer acelerar o andamento de propostas que resolvam, de forma definitiva, um desequilíbrio nas contas públicas que pode deixar trabalhadores sem receber aposentadorias e benefícios assistenciais. As soluções são variadas e passam até mesmo pela demissão de servidores públicos. Tudo para permitir que a União volte a se enquadrar na chamada regra de ouro — norma pela qual o governo é proibido de se endividar para pagar despesas correntes, como folha de salários. Ele só pode emitir dívida se o dinheiro for destinado a investimentos. Hoje, no entanto, há um desenquadramento que chega a quase R\$ 250 bilhões. A articulação para tratar do tema envolve a equipe econômica e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Duas propostas de emenda à Constituição (PEC) para solucionar a regra de ouro de forma estrutural estão paradas desde o ano passado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), e o presidente do colegiado, Felipe Francischini (PSL-PR), está convocando líderes para

discutir amanhã um calendário de tramitação. A mudança, porém, não resolve o problema deste ano.

Por isso, o governo também precisa aprovar no Congresso um crédito de R\$ 248,9 bilhões para garantir o pagamento de aposentadorias e outros benefícios, como Bolsa Família, a partir do segundo semestre. Sem a autorização para bancar esses gastos com empréstimos obtidos por meio da emissão de títulos da dívida, os beneficiários ficarão sem o dinheiro.

O líder do partido do presidente Jair Bolsonaro na Câmara, Delegado Waldir (PSL-GO), quer acelerar a tramitação das emendas que estão na CCJ para que, além do atual governo, os próximos tenham mais mecanismos para resolver problemas fiscais como os que o país enfrenta:

— A PEC permite que, quando o governo chega na situação fiscal em que está, ele possa reduzir jornada de trabalho, demitir. Então, essa PEC é extremamente importante não só para o nosso governo, mas para outros que estiverem em situação semelhante, que possam demitir, reduzir jornada, fazer uma redução mais drástica de gastos.

### FIM DA PUNIÇÃO A PRESIDENTE

O deputado Pedro Paulo (DEM-RJ) é o autor das duas propostas.

Elas mantêm a regra de ouro, mas com mudanças. Uma das principais é o fim da punição, por crime comum e de responsabilidade, pelo descumprimento da norma, o que hoje torna o presidente da República passível de impeachment.

As PECs substituem essa punição por medidas fiscais a serem adotadas por “estágio” de descumprimento. No primeiro estágio, o governo não poderá criar e expandir despesas obrigatórias ou benefícios e incentivos. O segundo será acionado quando as operações de crédito excederem o volume das despesas com investimentos. Entre as medidas que terão de ser tomadas nessa fase estão interrupção do pagamento do abono salarial e redução temporária da jornada de trabalho dos servidores com adequação dos vencimentos, além de privatização.

O último estágio será acionado quando a regra de ouro for descumprida por três anos consecutivos. Segundo uma das PECs, o governo poderá demitir servidores estáveis, caso a despesa total com pessoal ultrapasse o valor apurado (e corrigido) em 2016. A primeira emenda, protocolada em junho do ano passado, prevê a demissão de servidores. A segunda, apresentada em agosto, retira essa possibilidade. Pedro Paulo diz ter feito a mudança para ajudar na tramitação do projeto:





— Se o governo depois quiser voltar com esse tema, podemos discutir, mas acho que o impacto fiscal imediato pode não ser tão significativo, e você já tem programa de demissão voluntária, redução de jornada e outros mecanismos.

#### PARECERES FAVORÁVEIS

Pedro Paulo afirma que o presidente da Câmara o convidou para uma reunião hoje com o ministro da Economia, Paulo Guedes. Técnicos do governo concordam com a discussão da proposta. O texto do deputado é considerado por integrantes da equipe econômica como uma boa base para a negociação sobre as mudanças na regra de ouro.

As duas propostas tramitam de forma conjunta na CCJ. Em

dezembro passado, o então deputado Sérgio Zveiter (DEM-RJ) deu parecer favorável a ambas. Ontem, o deputado Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ), que assumiu a relatoria, subscreveu o parecer anterior. Caso a CCJ aprove, as propostas iriam para uma comissão especial, de mérito.

Francischini diz que estuda como pautar a proposta:

— Vamos fazer o start nesta semana. Vou convocar uma reunião só para discutir esse assunto.

Até este ano, a regra de ouro vinha sendo cumprida pelo governo. Porém, rombos orçamentários crescentes iniciados em 2014 tornaram difícil o atendimento da norma.

## Governo prioriza Defesa em liberação de emendas

De R\$ 201,8 mi já reservados no Orçamento, 75% foram para pasta; Planalto nega motivação política na distribuição de verbas públicas

Felipe Frazão Thiago Faria / BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro priorizou nos primeiros meses de governo a liberação de emendas parlamentares enviadas a programas do Ministério da Defesa. Dos R\$ 201,8 milhões empenhados até a semana passada no Orçamento de 2019, 75% do valor (R\$ 151,4 milhões) foram para a pasta. Quase a totalidade (98%) foi destinada ao programa Calha Norte, criado na década de 1980 diante de uma preocupação dos militares com a região amazônica.

As emendas parlamentares são indicações feitas por deputados e senadores de como o governo deve gastar parte dos recursos previstos no Orçamento. Os parlamentares costumam privilegiar seus redutos eleitorais. Incluem desde dinheiro para obras de infraestrutura, como a construção de uma ponte, até valores destinados a programas de saúde e educação. O empenho é o primeiro estágio para o pagamento, uma espécie de reserva do valor no orçamento.

Embora impositivas – o governo é obrigado a pagá-las –, a prioridade a algumas emendas é fruto de negociação política. Na gestão Bolsonaro, cabe à Secretaria de Governo, comandada pelo general Carlos Alberto dos Santos Cruz, negociar a liberação com os parlamentares.

Ao todo, R\$ 9,2 bilhões foram reservados no Orçamento para emendas individuais apresentadas por deputados e senadores. Dos 594 parlamentares que fizeram as indicações no ano passado, apenas 71 tiveram algum valor empenhado até agora. Entre eles, nomes do DEM, do PP, do MDB e até do PT, que faz oposição a Bolsonaro.

### RECURSOS

#### ● Valor das emendas individuais liberadas

EM MILHÕES DE REAIS

#### Valor empenhado

151,4  
DEFESA

41,1	INFRAESTRUTURA
3,7	MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
2,8	CIDADANIA
1,8	TURISMO
0,6	CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
0,3	JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

#### Tipo de ação

148,8

RECURSOS PARA INFRAESTRUTURA DE CIDADES NA REGIÃO DA CALHA NORTE

#### A área



ADMINISTRAÇÃO DE UNIDADES MILITARES
ADEQUAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES MILITARES
APOIO AO PROJETO RONDON
APOIO DAS FORÇAS ARMADAS AO ESPORTE
ESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS

DADOS ATUALIZADOS ATÉ 22 DE MAIO DE 2019

FONTES: SIGA BRASIL, SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ORÇAMENTO COM BASE

INFORMÁTICA/ESTADÃO





Técnicos do governo dizem que não há motivação política nos empenhos feitos neste ano, mas uma razão prática: a maior capacidade operacional do Ministério da Defesa.

A justificativa é de que parte dos projetos é de execução direta da própria pasta, o que facilita o trâmite para torná-la uma das primeiras a receber os repasses. O Calha Norte, por exemplo, costuma ter a maior parte dos seus recursos empenhada ainda no primeiro semestre. Em anos anteriores, porém, outros ministérios já tinham mais recursos liberados a esta altura do ano. Só a Saúde, por exemplo, havia empenhado R\$ 3,4 bilhões em emendas parlamentares individuais até maio de 2018. Neste ano, ainda não houve reserva de valores autorizada para a pasta comandada pelo ex-deputado Luiz Henrique Mandetta.

A cobrança dos parlamentares pelo pagamento de emendas tem sido um dos pontos de atrito na relação do Congresso com Bolsonaro. No mês passado, deputados e senadores aprovaram, a toque de caixa, uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que

torna obrigatório o repasse de um valor maior via emendas coletivas – que são apresentadas pelas bancadas estaduais. Apesar de ainda precisar passar por nova votação na Câmara, a aprovação da PEC foi considerada uma derrota para o governo, pois reduz a margem do Executivo para remanejar gastos.

Programa. Maior destino de recursos empenhados via emendas até agora, o Calha Norte foi idealizado no início do governo José Sarney (PMDB), em 1985. A ideia era promover uma ocupação na região amazônica, civil e militar, para garantir a soberania nacional (mais informações nesta página).

Como o Estado revelou, militares que ocupam cargos no governo ecoam a mesma preocupação com a região e acompanham a presença de organismos internacionais e até os planos da Igreja Católica para a Amazônia.

O Calha Norte destina recursos do Tesouro para os pelotões de fronteira do Exército espalhados em quase 14 mil quilômetros, e verbas de emendas a cidades para

aplicação em infraestrutura básica, como pavimentação de ruas e construção de escolas. O maior interesse de senadores e deputados é justamente na destinação mais rápida desse dinheiro. Ao todo, são atendidos 379 municípios em oito Estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A intenção do governo Bolsonaro é expandir o programa (mais informações nesta página).

O crescimento atende a pressões políticas, pois há o interesse de parlamentares em usar o programa para repassar recursos via emendas para prefeituras.

"O parlamentar precisa do prefeito, então é importante que o prefeito ganhe a eleição. O prefeito precisa do parlamentar, que é quem coloca a emenda. Existe um conchavo, uma afinidade grande nessa área política, um quer ajudar o outro", afirma o brigadeiro do ar da reserva da Aeronáutica Roberto de Medeiros Dantas, diretor do Calha Norte.

## Projeto Calha Norte conteve 'interesse estrangeiro' na região

**ANÁLISE: Roberto Godoy**

A Calha Norte é um gigante, um território de 1,5 milhão de km<sup>2</sup> ao longo de oito Estados – Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rondônia e Roraima; uma faixa de terra de 160 km de largura com 6,5 mil km de extensão. A Colômbia inteira, um dos cinco vizinhos internacionais desse bloco (com Suriname, Guiana, Venezuela e Guiana Francesa), é um pouco menor.

O projeto tem 34 anos, foi lançado em 1985, com José Sarney presidente. O primeiro objetivo era estritamente militar, pretendia estabelecer a presença do Estado brasileiro na Região Norte. Pouco povoada e menos ainda explorada, a área estava com "a soberania sob ameaça", indicavam informações da inteligência militar e análises de

relações exteriores, segundo relato do então chanceler Olavo Setubal. Para o chefe do Itamaraty, havia "muito interesse de grupos estrangeiros em torno de províncias minerais estratégicas, das possibilidades para a agricultura e das matrizes biológicas".

O prazo de dez anos para execução da primeira fase foi penalizado pela crônica falta de recursos, mas, ainda assim, o programa avançou. Pelotões de fronteira foram instalados pelo Exército, que assumiu a implantação de infraestrutura básica nas cidades da região, a construção e a recuperação de rodovias, a manutenção de pequenas centrais de energia elétrica e o apoio sanitário às comunidades. A Marinha tratou do controle da navegação fluvial e da assistência às populações ribeirinhas. À Aeronáutica coube a construção de pistas de pouso, o transporte aéreo regular até pontos

remotos e o atendimento de emergência – a remoção de doentes graves, por exemplo.

A colonização prosperou. Cerca de 2 milhões de habitantes vivem permanentemente na Calha Norte. No total, são beneficiadas 9 milhões de pessoas, direta e indiretamente, aponta o Ministério da Defesa. As emendas parlamentares compõem a vertente civil do empreendimento.

Em abril, só no Amapá foram contabilizados 109 projetos em andamento. Vários deles estavam atrasados. A Coordenação de Despesas do Programa Calha Norte promoveu um seminário técnico em Macapá para ajustar procedimentos. O Acre tem o melhor registro de eficiência, atingindo 95% de aproveitamento dos recursos federais – na prática, obras cumpridas dentro do orçamento previsto e nos prazos estabelecidos.

## ORÇAMENTO »

## Disputa por recursos na Esplanada

» INGRID SOARES



Intenção de Bolsonaro era destinar a maior parte do dinheiro ao MEC, mas outras pastas devem ser contempladas

O Supremo Tribunal Federal (STF) avalia dividir entre três áreas, e não só para a educação, os R\$ 2,5 bilhões pagos pela Petrobras no âmbito de um acordo fechado com a Justiça dos Estados Unidos, referente à devolução de dinheiro desviado da estatal no escândalo do mensalão. Os crimes e fraudes foram descobertos na Operação Lava-Jato. Os recursos foram transferidos ao Brasil pelas autoridades norte-americanas e, além da educação, poderão beneficiar ainda os setores de saúde e de segurança.

De acordo com o presidente Jair Bolsonaro (PSL), a intenção era que a totalidade ou a maioria desse valor fosse investido na educação. No último dia 20, por meio de redes sociais, ele reafirmou esse propósito.

“Temos a intenção de destinar grande parte ou todo o valor da multa da Petrobras, acordada com a Lava-Jato, ao Ministério da Educação, equivalente a R\$ 2,5 bilhões. O dinheiro, que retorna ao Brasil, pode ser aplicado em áreas sem ligação com a petrolífera”, escreveu.

No entanto, há opiniões diferentes sobre a destinação do dinheiro. O ministro da Justiça, Sérgio Moro, quer investimento no Fundo Penitenciário (Funpen). Já o ministro da Economia, Paulo Guedes, e a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, são a favor de que o dinheiro seja repassado ao Ministério da Educação (MEC). Para Dodge, o alcance dos objetivos constitucionais “depende de educação de qualidade, que se inicia pela formação das crianças na educação básica, que deve ser financiada em favor da sociedade, de forma impessoal, transparente, pública e eficiente”.

O Ministério Público Federal no Paraná planejava criar um fundo privado para gerir os recursos recuperados. O projeto previa a criação de uma fundação para destinar parte dos recursos a iniciativas sociais. Em março, a PGR pediu a anulação da decisão que homologou o acordo feito em Curitiba, mas pediu a manutenção do dinheiro no Brasil. Dias depois, o

ministro Alexandre de Moraes, do STF, decidiu favoravelmente ao pedido da PGR.

O acordo entre a estatal e o MPF foi totalmente suspenso. Agora cabe à corte decidir onde será alocado o valor. Segundo o advogado de direito público Igor Tamasauskas, o destino dos recursos poderá ser definido por julgamento coletivo ou por decisão do próprio ministro Alexandre de Moraes, relator do caso. Se o governo não chegar a um consenso, é possível que a decisão final caiba ao plenário do STF.

“A questão voltou para o Estado decidir onde investir os recursos. Acontece que os ministérios x e y também estão pleiteando. Virou uma disputa por verba pública em vez de ser um ressarcimento de danos à sociedade”, diz Tamasauskas.

O montante bilionário surge como uma esperança no fim do túnel para o contingenciamento de verbas do orçamento federal. No início do mês, o MEC anunciou o bloqueio de 30% das dotações de custeio e investimentos das universidades federais. No último dia 15, ocorreram manifestações nacionais contra os cortes. Para o próximo dia 30, está previsto um segundo ato nacional em defesa da educação.





## Fiscalização ambiental em xeque

O subprocurador-geral do Tribunal de Contas da União (TCU) Lucas da Rocha Furtado pediu abertura de inquérito para apurar “possível ineficiência e deficiente fiscalização” dos órgãos públicos ambientais. A solicitação atende a uma representação feita à Procuradoria-Geral da República por 50 organizações não governamentais (ONGs). O subprocurador destaca uma série de iniciativas do governo, citadas pelas ONGs, que visariam desorganizar a atual política ambiental, como a “extinção de colegiados e a perseguição a agentes públicos”.